

RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 70, de 2012 (Mensagem nº 368, de 15/08/2012, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Namíbia.*

RELATORA: Senadora **ANA AMÉLIA**
RELATOR AD HOC: Senador **TOMÁS CORREIA**

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Mensagem nº 70, de 2012, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Namíbia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. (artigo 52 item IV)

Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o **curriculum vitae** da interessada.

Segundo o referido documento, a Sra. Ana Maria Sampaio Fernandes, filha de Octavio José Fernandes e Maria Apparecida Sampaio Fernandes, nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 24 de fevereiro de 1949.

É formada em Letras, Português e Francês, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1973). Foi nomeada Terceira-Secretária em 1977, promovida a Segunda-Secretária em 1980, a Primeira-Secretária em 1986, a Conselheira em 1993 e a Ministra de Segunda Classe em 2004.

No âmbito da Secretaria de Estado, as principais funções que exerceu foram as de Coordenadora-Executiva, substituta, da Secretaria-Geral de Política Exterior em 1990; Chefe, substituta, da Divisão de Organismos Econômicos, em 1992 e Chefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, em 2000.

Em representações diplomáticas do Brasil no Exterior, serviu na Missão junto à ONU, em Nova York, de 1983 a 1986; na Embaixada em Santiago, de 1986 a 1990; na Embaixada em Washington, de 1993 a 1997; na Embaixada em Montevidéu, de 1997 a 2000; na Embaixada em Londres, de 2004 a 2008 e na Embaixada em Nairóbi, como Embaixadora, em 2008.

Em 2001, concluiu o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, com a tese: “Cooperação Fronteiriça. Aspectos Institucionais. Comitês de Fronteira”.

Consta, ainda, do processado informação anexada pelo Itamaraty sobre a República da Namíbia.

Conforme o texto apresentado, as relações diplomáticas entre o Brasil e a República da Namíbia iniciaram-se formalmente em 1990, com a independência daquele país africano. Anteriormente, o Governo brasileiro mantivera contatos com o principal movimento libertador do país — Organização do Povo da África do Sudoeste (SWAPO) — e seu principal líder, Sam Nujoma, realizara visita ao Brasil em 1987.

Desde a sua independência (1990) e a realização de eleições supervisionadas pelas Nações Unidas, o país vive clima de estabilidade e consolidação das instituições democráticas. Digna de nota, ainda, a circunstância de os sucessivos governos terem investido fortemente na área social, bem como no combate à corrupção. Em ambos os quesitos, o país se destaca em relação ao restante do continente africano. Há, no entanto, problemas relacionados à Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e à questão agrária.

Sobre a articulação diplomática bilateral, note-se que a Namíbia, como o Brasil, é membro da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, (ZOPACAS). Estabelecida em 1986, graças à iniciativa brasileira na Assembléia-Geral das Nações Unidas, a Zona de Paz tem por objetivo promover a cooperação regional e a manutenção da paz e segurança na região.

A ênfase da ZOPACAS é a prevenção geográfica da proliferação de armas nucleares e a redução da presença militar dos países-membros em outras regiões do mundo. A Organização visa, ainda, a cooperação econômica, comercial, científica, técnica, política e diplomática.

O Produto Interno Bruto (PIB) da Namíbia cresceu 3,2% em 2011 em relação a 2010, sendo que a economia namibiana é voltada para a exportação. Entre os produtos exportados merecem destaque: urânio, pescado, diamantes, zinco e cobre. Desde 2008 não há informações consolidadas sobre os principais parceiros comerciais da Namíbia, pressupondo-se que a África do Sul continue ocupando o primeiro posto nesse quesito. Em 2008, cerca de 70% das importações da Namíbia tiveram origem na África do Sul, que por sua vez comprou cerca de 31% das exportações namibianas.

Embora tenham o Brasil e a Namíbia estabelecido relações diplomáticas em 1990, só em outubro de 2003 a Namíbia abriu Embaixada em Brasília.

No mesmo ano, o presidente brasileiro visitou Windhoek. A viagem representou importante marco no relacionamento bilateral e resultou na assinatura de nove tratados bilaterais. Em junho de 2004, o presidente Sam Nujoma esteve no Brasil. Observa-se crescente interesse no fortalecimento da cooperação bilateral nas áreas de agricultura, desenvolvimento urbano e, sobretudo, na área naval. Nesse domínio, o intercâmbio entre as duas marinhas tem sido crescente e exemplar. Ele se dá tanto no campo de treinamento de oficiais namibianos no Brasil quanto na construção de navio-patrulha e de lanchas-patrulha.

No campo comercial, o intercâmbio bilateral alcançou US\$ 25,6 milhões em 2011, registrando crescimento de 30% em relação ao ano anterior.

No ano passado, as importações provenientes da Namíbia cresceram 477% em relação a 2010, saltando de US\$ 219 mil para US\$ 1,3 milhão. A pauta de produtos provenientes daquele país concentra-se em

peixes e crustáceos e plantas medicinais e industriais. Quanto ao fluxo de exportação, os principais produtos da pauta brasileira com destino à Namíbia são, tradicionalmente, bens manufaturados, como embarcações flutuantes, móveis, açúcares e produtos de confeitoria, e máquinas mecânicas. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, citados pelo informe do Itamaraty, cem empresas efetivaram vendas para a Namíbia em 2011, com destaque para a Empresa Gerencial de Projetos Navais, Agrale, Energy, Sadia e Conex Móveis. As exportações brasileiras para a Namíbia cresceram 25% em 2011, passando de US\$ 19,4 milhões para US\$ 24,4 milhões.

O saldo da balança comercial é, portanto, favorável ao Brasil, com superávit em 2011 da ordem de US\$ 23,1 milhões em 2011.

No que se refere a investimentos, o Banco Central do Brasil informou que o Brasil investiu US\$ 31 milhões na Namíbia em 2011, sendo que os capitais brasileiros concentram-se especialmente em projetos de prospecção de petróleo e em obras de infraestrutura. É interessante assinalar que, em 2007, o Banco Mundial considerou a Namíbia o terceiro país africano mais amigável à atração e à garantia de investimentos externos.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão, 18 de outubro de 2012.

Senador FERNANDO COLLOR, Presidente

Senadora ANA AMÉLIA, Relatora

Senador TOMÁS CORREIA, Relator *ad hoc*